



Universidade de São Paulo

12 de maio de 2017

### **Avaliação parcial de “Persistência e Mudança Social”**

**Professor Alexandre Abdal – Instituto de Relações Internacionais USP**

**Victor Casagrande - 9775255**

WEBER, Max “Economia e Sociedade: Fundamentos da sociologia compreensiva” Vol. II - Capítulo IX: Sociologia da Dominação, seção 8 “A Instituição Estatal Racional e os Modernos Partidos Políticos e Parlamentos (Sociologia do Estado)”, p.517 à p.529.

### **Resenha**

Com o propósito de debruçar-se sobre o conceito de dominação legal cunhado por Weber, esta resenha adotou como recorte acadêmico os escritos do autor intitulados “O Nascimento do Estado Racional” e “O Estado racional como grupo de dominação institucional com o monopólio da violência legítima”, parte integrante da obra “Economia e Sociedade: Fundamentos da sociologia compreensiva”.

A razão dessa escolha justifica-se pelo papel central que o conceito de dominação legal detém na análise de Weber acerca do surgimento do Estado moderno, seu “monopólio da violência legítima” e uma organização racional-burocrática. Isto é, o fruto do interesse reside em compreender como o autor aplicou a dominação legal ao surgimento e funcionamento do Estado moderno capitalista e quais as problemáticas daí decorrentes em um contexto de modernidade, no qual uma questão pode vir a comportar diferentes respostas, sobretudo quando confrontada com outras realidades.

Para tanto, deve ser retomada breve biografia de Weber, seguida de uma explanação dos conceitos essenciais à resenha, indo em direção da argumentação do autor e, por fim, a análise que dela decorre.

Weber nasceu em 1864 e mudou-se para Berlim ainda muito jovem. O pai, Max, um político liberal pró-Bismarck, e a mãe, Helene, calvinista praticante rigorosa, possuíam uma relação tumultuosa. Em 1882, ele entra para Universidade de Heidelberg, concluindo seus estudos posteriormente na


Universidade de Berlim. Possui ampla imersão no mundo jurídico e vasto conhecimento sobre a cultura oriental. Em 1887, seu pai falece sem que seja feito as pazes entre ambos, o que causará um sentimento de intensa culpa e pesar em Weber pelo resto da vida. Pouco tempo depois, adoece mentalmente e vive anos conturbados, com fortes oscilações na intensa produção acadêmica.


É nesse contexto que publica suas obras mais famosas “A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo” e “Economia e Sociedade” (póstuma), nas quais explora, respectivamente, como a ideologia da prosperidade protestante forneceu as condições necessárias para o florescimento do capitalismo na Europa, e a maneira pela qual os Estados passaram a assumir uma dominação legal com burocracia racionalizada e liderança carismática. Pró-imperialismo, cético quanto ao poder transformador da sociedade racional, morre de pneumonia em 1920, na Alemanha, consagrando-se como um dos fundadores da sociologia juntamente com Karl Marx e Émile Durkheim.

Weber entende a sociologia como portadora de uma metodologia própria capaz de explicar os fenômenos sociais, distintos dos naturais por serem idiossincráticos. Desse modo, a sociologia deve ser compreensiva, isto é, deve buscar entender o comportamento humano. Logo, para Weber, somente o indivíduo pode ser portador de significado da ação social, objeto de estudo da sociologia.

“Argumentava que as ideias e as motivações humanas eram as forças que estavam por detrás da mudança - as ideias, valores e crenças tinham o poder de originar transformações. Segundo o autor, os indivíduos têm a capacidade de agir livremente e configurar o futuro” (GIDDENS, 2001, p.13)

As relações de subordinação, segundo o sociólogo, podem dar-se por uma gama complexa de fatores e interesses, possíveis de serem agrupados em três tipos ideais (moldes teóricos usados como recurso analítico). Esses tipos são: o tradicional (costume), o carismático (excepcional) e o legal. Para o presente trabalho, interessa a dominação legal, que se caracteriza pela impessoalidade da dominação através de um estatuto, que exige do superior e do funcionário competências para seus respectivos cargos. Essa relação é

estabelecida por eleições ou nomeação, buscando legitimar a ordem através da neutralidade e da objetividade. Logo, o tipo puro de dominação legal é a própria burocracia – as engrenagens de operação do Estado. 

Do ponto de vista da consideração sociológica, uma associação "política", e particularmente um "Estado", não pode ser definida pelo conteúdo daquilo que faz. Não há quase nenhuma tarefa que alguma associação política, em algum momento, não tivesse tomado em suas mãos, mas, por outro lado, também não há nenhuma da qual se poderia dizer que tivesse sido própria, em todos os momentos e exclusivamente, daquelas associações que se chamam políticas (ou hoje: Estados) ou que são historicamente as precursoras do Estado moderno. Ao contrário, somente se pode, afinal, definir sociologicamente o Estado moderno por um meio específico que lhe é próprio, como também a toda associação política: o da coação física. "Todo Estado fundamenta-se na coação" (WEBER, "Economia e Sociedade", 1922) 

Esse Estado burocrático-racional enquanto portador legítimo do uso da força, busca coagir para padronizar. A padronização amplia o domínio que a burocracia exerce sobre os dominados na medida em que facilita a legibilidade de seus domínios por parte do Estado.

Society must be remade before it can be the object of quantification. Categories of people and things must be defined, measures must be interchangeable; land and commodities must be conceived as represented by an equivalent in money. There is much of what Weber called rationalization in this, and also a good deal of centralization" (PORTER, Theodore M, "Objectivity as Standardization" apud. SCOTT, James C. "Seeing Like a State", 1998, p.22)

Esse alastramento de uma lógica utilitarista a tudo o que tange a vida humana se manifesta antes de mais nada no Direito, produto primeiro do ímpeto

coercitivo do Estado, até mesmo confundindo-se com este facilmente. Weber afirma em “Economia e Sociedade” o seguinte “o que [o capitalismo] precisa é de um **direito previsível como o funcionamento de uma máquina**” (p.520). Em outro momento, afirma “Mas o decisivo do desenvolvimento [do Direito] foi a **racionalização do processo [jurídico]**” (p.518). Assim, o aprimoramento da **técnica jurídica e da técnica burocrática fazem-se lógicos da maneira em que se deram, pois respondem aos interesses de um “espírito protestante”** compartilhado entre os europeus, o que possibilitou o desenvolvimento econômico dessa região.

Nota-se, contudo, que outros **Estados, ainda que não possuíssem a ética do protestantismo, também desenvolveram mecanismos burocráticos próprios, condizentes com os valores compartilhados pelos membros de sua associação política – no limite, o próprio Estado.** O caráter de poder expansivo que essa burocracia pretendia ter sobre seus dominados é igualmente observado nesses locais, que também irão impor padronizações nacionais próprias a despeito dos hábitos regionais e internacionais.

**Local measures were also relational or "commensurable".** Virtually any request for a judgment of measure allows a range of **responses depending on the context of the request.** In the part of Malaysia [...] if one were to ask "How far is it to the next village?" a likely response would be "Three rice-cookings." The answer assumes that the **questioner is interested in how much time it will take to get there, not how many miles away it is. [...] units that are locally meaningful.** Everyone knows how long it takes to cook the local rice. (SCOTT, James C. "Seeing Like a State", 1998, p.25 – destaque nosso)

Essas imposições podem ser observadas no **calendário, nas unidades de medida, na tributação, nos censos demográficos e muitas outras ações da burocracia do Estado,** tal sua forma específica de agir, sendo mais apropriado falar em **violência simbólica do que física (BORDIEU, "Sobre o Estado", 1992).** Alegar, como faz Weber, tendo em mente sua posição pró-imperialismo, que “O Estado, no sentido do Estado racional, somente se deu no Ocidente” (p. 517) seria ignorar a **atribuição de significado local que outras sociedades não**

européias davam às estruturas burocráticas de seus Estados e que, nesse sentido, são, portanto, racionais a medida em que são compatíveis com os valores compartilhados entre funcionários e superiores.

Poder-se-ia argumentar que essas estruturas distintas da burocracia europeia são na verdade outros modelos de dominação que não o legal; se trataria mais da dominação tradicional. Em certa medida, muito provavelmente o são - o próprio Weber reconhece em seus escritos que as formas puras de dominação são raras; comum é observarmos uma sobreposição das formas sob diferentes nuances.

A crítica, porém, que se busca sustentar aqui, diz respeito ao dimensionamento de irracionalidade que Weber atribui a essas formas de burocracia. “Na verdade, tudo nele [Estado chinês] se baseia na ideia mágica de que a virtude do imperador e dos funcionários, isto é, sua perfeição na formação literária, baste para manter tudo em ordem em tempos normais” (WEBER, 1922, p.517). Ora, o Estado chinês é milenar e sobreviveu a despeito de uma série de invasões e conflitos. Além disso, a burocracia racional europeia também se sustenta em algumas “ideias mágicas” como a concepção de mão invisível do mercado que se autorregula e a predestinação à riqueza diante do acúmulo de bens... A ação social dos chineses, tais como eram à época à qual se refere Weber, atendiam a uma lógica própria oriunda da experiência desses indivíduos, afinal são eles quem atribuem significação às ações.

Portanto, esse conflito entre diferentes realidades que desmantela os parâmetros e as referências de ordem social, fenômeno típico da modernidade, encerra sobre a dominação legal e a burocracia, o questionamento acerca daquilo que Weber delimita como racional e os benefícios outrora prometidos dessa racionalização, dos quais o próprio Weber já era descrente, ainda que considerasse a organização de Estados não europeus como irracionais. Percepção essa que tentou-se aqui desmistificar através da própria proposta sociológica de Weber e seu local de fala – a estrutura burocrática dos Estados não europeus, existente na medida em que também coíbe, atende à valores atribuídos pelos próprios associados da mesma maneira que a estrutura burocrática europeia atende à valores atribuídos pelo capitalismo e a ética protestante.



## **BIBLIOGRAFIA**

WEBER, Max. Economia e Sociedade: Fundamentos da sociologia compreensiva – Vol. II. São Paulo. UnB, 2004.

WEBER, Max. Os três tipos de dominação legítima.

SCOTT, James C. Seeing Like a State: How Certain Schemes to Improve the Human Conditions Have Failed. EUA, 1998.

GIDDENS, Anthony. Sociology. 6ªEd. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian, 2001

Enciclopédia Britânica – acesso em 09/05/2017

(<https://www.britannica.com/biography/Max-Weber-German-sociologist>)

BORDIEU, Pierre. Sobre o Estado. 1992